

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**CURSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

**CÓDIGO DE ÉTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA IMPORTÂNCIA**  
**PARA A PROFISSÃO DO GESTOR DA INFORMAÇÃO**

Recife, 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**CURSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

**SANDRA SUELY MOREIRA DE CARVALHO**

**CÓDIGO DE ÉTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA IMPORTÂNCIA**  
**PARA A PROFISSÃO DO GESTOR DA INFORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Ciência  
da Informação da Universidade Federal  
de Pernambuco como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharel em  
Gestão da Informação. Orientador: Prof.  
Dr. Hélio Márcio Pajeú.

Recife, 2017

**CÓDIGO DE ÉTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA IMPORTÂNCIA  
PARA A PROFISSÃO DO GESTOR DA INFORMAÇÃO**

**SANDRA SUELY MOREIRA DE CARVALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Ciência  
da Informação da Universidade Federal  
de Pernambuco como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharel em  
Gestão da Informação.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador Prof. Dr. Hélio Márcio Pajeú

Universidade Federal Pernambuco

---

Membro da banca (1) Prof. Dr. Diego Andres Salcedo

Universidade Federal de Pernambuco

---

Membro da banca (2) Me. Tiago José da Silva

Universidade Federal da Paraíba

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, Inteligência Suprema e Causa Primária de Todas as Coisas que colocou em meu caminho família, amigos a sabedoria e a coragem necessária para chegar até aqui. E ao Querido Prof. Hélio Márcio Pajeú que com sua dedicação não me deixou desistir apesar das inúmeras dificuldades que existiram neste período.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Professor Hélio Márcio Pajeú, pela paciência, por partilhar o conhecimento, por seu exemplo de vida. Quem não tem boas lembranças de um professor?...Eu terei essa lembrança, cheia de carinho e ternura, por seu exemplo de dignidade e dedicação, das lições que levarei eternamente comigo. Agradeço ainda por ter colhido o exemplo de luta e de realização pessoal e profissional que em sua sublime dádiva de ser, não só como exemplo de professor, mas por trazer consigo o ser humano que não ousa dimensionar por sua grandiosidade, mas que a partir de agora levarei em meu coração como uma bandeira na forma de gratidão e de inspiração por toda minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em especial a minha família, que compartilhou comigo todo esse tempo incentivando para que eu concluir.

“Age de maneira que possas querer que o motivo  
que te levou a agir se torne uma lei universal.”

Immanuel Kant

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como principal objetivo, refletir sobre a importância do Código de Ética para a Profissão do Gestor da Informação. Através do Código de Ética dos Profissionais da Informação de Portugal o trabalho propõe uma comparação entre as instituições que reuniram esforços para a concretização deste código de ética em Portugal com as instituições que serão abordadas como parâmetro para o Brasil. O trabalho faz uma abordagem a partir da Sociedade da Informação, a necessidade de novos critérios éticos e a Ciência da Informação como campo que abraça os Profissionais da Informação. A seguir é explorado o Código de Ética dos Profissionais da Informação de Portugal como inspiração para o Brasil. Por fim, aborda o Código de Ética para o Gestor da Informação no Brasil como fator preponderante para o reconhecimento da profissão Gestor da Informação junto à sociedade e ao profissional.

Palavras-Chave: Código de Ética. Gestão da Informação. Sociedade da Informação. Ciência da Informação.

## **ABSTRACT**

The main objective of this paper is to reflect on the importance of the Code of Ethics for the Profession of the Information Manager. Through the Code of Ethics of Information Professionals in Portugal, the paper proposes a comparison between the institutions that have joined efforts to achieve this code of ethics in Portugal with the institutions that will be approached as a parameter for Brazil. The work takes an approach from the Information Society, the need for new ethical criteria and Information Science as a field that embraces the Information Professionals. The Code of Ethics of Information Professionals of Portugal is explored as an inspiration for Brazil. Finally, it addresses the Code of Ethics for the Manager of Information in Brazil as a preponderant factor for the recognition of the profession Information Manager with society and the professional.

Keywords: Code of Ethics. Information Management. Information Society. Information Science



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	110
1 ÉTICA E INFORMAÇÃO.....	13
2 O CÓDIGO DE ÉTICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO .....	17
3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	21
4 O CÓDIGO DE ÉTICA DE PORTUGAL: UMA PROPOSTA PARA O BRASIL .....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXO A.....	47

## INTRODUÇÃO

Através do exercício profissional o homem consegue elevar-se no sentido moral, pois a partir de uma práxis diária que ocupa a maior parte de seu tempo colabora para uma efetiva identidade tanto individual como profissional. A partir desse exercício diário ele adquire uma postura reflexiva de sua postura ética nas inúmeras profissões. Diante das expectativas e exercício de uma prática ética no seu ambiente de trabalho possibilitam o sucesso de qualquer profissional, afinal sua imagem positiva o faz preservar diante da sociedade uma imagem digna (TONOL, FUNK, TAVARES, 2012) de sua profissão, o respeito aos demais colegas e a sua organização.

Neste sentido, o código de ética apresenta-se como um instrumento de alta importância para desempenho de qualquer profissão, pois como descreve (TONOL, FUNK, TAVARES, 2012) o código é como um roteiro que estimula o profissional a capacidade de inovações e que alarga seus procedimentos de tal forma que sua ação seja condizente com o esperado pela sociedade.

Assim a ética e os valores éticos devem estar presentes mais do que nunca por formar e preservar princípios fundamentais como a liberdade, a igualdade, a justiça (Bustamente-Rodrigues, 2007).

Diante desse contexto, abordaremos o início do fluxo informacional que expõe os desafios éticos nas mais diversas áreas e faremos um resumo a seguir sobre a área da Ciência da Informação, pois trará uma abrangência do tema proposto.

Após a segunda Guerra Mundial, aconteceu uma explosão de informação e para solucionar o problema de fluxo informacional Vannevar Bush criou uma máquina chamada Memex. Entretanto, anterior a isso 340 cientistas das mais diversas áreas reuniram-se em Londres para propor e solucionar as dificuldades encontradas na Gestão da Informação, que para não perder o status acadêmico desta nova área criaram a Ciência da Informação (BUSH, 1987). Diante desse contexto, fica evidente que a partir da criação de sistemas automatizados de organizar, armazenar e recuperar a informação seja considerado um marco no surgimento da Ciência da Informação. Um segundo ponto que contribuiu para o advento da Ciência da Informação está concentrado em disciplinas antecessoras, tais como: Biblioteconomia e documentação (SILVA; FREIRE, 2012). Nesse contexto, a Ciência da Informação surge como perspectiva de

reduzir as incertezas e inseguranças principalmente na área informacional (SILVA; FREIRE, 2012).

A sociedade da informação nasce como consequência desta explosão de informação, no fim do século XX, através do termo Globalização – que é um dos processos de agregação econômica, social, cultural da esfera de comunicação em todo o mundo e que ainda está em formação.

Diante desse contexto, a ética renasce como importante fator para lidar com as consequências, positivas ou negativas desse novo ambiente que estamos ainda desbravando.

Nesta sociedade da informação a influência ética atribui relevância direta na conduta dos profissionais da informação, tal como o Gestor da Informação, profissão criada há pouco mais de 10 anos no Brasil. Apesar da publicação de alguns artigos ainda não se chegou a uma resolução da elaboração de um código de ética no sentido de se firmar um acordo efetivo neste caminho. Afinal, qualquer profissão está traçada em um conjunto de normas de conduta, seja ela qual for. A profissão, ela deve estar baseada em princípios éticos. Estes funcionam como um norte para os profissionais. Os valores éticos constituem a essência deste profissional – Gestor da Informação merece ter o compromisso de conhecer a ética e praticá-la, afinal a ética é uma das formas para o aperfeiçoamento contínuo, ser honesto, agir com lealdade, competência e dedicação. O código de ética para o profissional Gestor da Informação é um verdadeiro pilar para o reconhecimento profissional e respeito perante a sua importância na contribuição de seu exercício para a sociedade e por fim garantir uma vida mais justa para esse profissional.

Desta forma, nosso objetivo geral se consolida na reflexão acerca da importância de um código de ética para o Gestor da Informação que materialize os princípios para o seu bom desempenho profissional e o reconhecimento da sociedade perante a contribuição de suma importância desse profissional diante de um mundo que está passando por profundas transformações como consequência da expansão de um universo globalizado. Com objetivos específicos procuraremos discutir teoricamente os conceitos de ética e sua relação com a informação, refletir sobre Ciência da Informação como lugar de abrigo da Gestão da Informação; e abordar o código de ética de Portugal como uma possibilidade de discussão no Brasil. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica, desenvolvemos os estudos sobre as questões pertinentes ao tema proposto. Nossa trajetória metodológica foi realizada

por meio de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. No aspecto bibliográfico da pesquisa, foi feito um levantamento de autores e trabalhos já publicados a respeito do tema, tais como artigos de periódicos, sites da internet e capítulos de livros, em busca de informações sobre Ética, código de ética, sociedade da informação, ciência da informação, gestão da informação. Na pesquisa documental, que por sinal se assemelha muito com a pesquisa bibliográfica, porém sua natureza diferencial está na fonte, pois elas não receberam qualquer tratamento analítico tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, filmes blogs, facebook, com conteúdos interessantes e relevantes ao contexto (GIL, 2008).

É importante destacar que para a elaboração do código de ética para o Gestor da Informação a integração com os “princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos é fundamental” (SANTOS, 2015).

Dessa forma, cada profissional tem um conjunto de regras estabelecidas por suas confederações profissionais, que detalham as responsabilidades, direitos e formas de punição caso haja irregularidades. Nesse contexto, iremos demonstrar uma abordagem acerca do tema proposto e quem sabe contribuir com uma proposta que venha a tornar realidade ou que venha fomentar mais estudos e aprimoramentos sobre a questão proposta. Para isso, abordaremos os conceitos de ética e moral, a ética no contexto da sociedade da informação a Ciência da Informação e seu acolhimento da área da Gestão da Informação. Abordaremos ainda um comparativo das áreas dos profissionais da informação como: Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Gestão da Informação no que eles têm em comum para contribuição da área do Gestor da Informação, uma análise do Código de Ética dos Profissionais da Informação de Portugal como contribuição para o Código de Ética do Gestor da Informação no Brasil e por fim, as considerações finais.

## 1 ÉTICA E INFORMAÇÃO

Ética traça relações estritas com a moral. Segundo Santos (2015), a ética deriva etimologicamente de *ethos* que significa modo de ser ou caráter. O seu significado está intimamente ligado à fundamentação da moral pela razão. A ética existe desde a Antiguidade, na Grécia, sob a forma de *parrhesia* significa falar de forma livre, ou seja, liberdade de expressão, dando forma à democracia (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2007). Na visão de Araújo (1992, p.163), concretiza de forma explícita a “construção de uma civilização relacionada por uma normatividade que vise à realização concreta da ideia da dignidade humana aplicável a todos os seres humanos”. Enquanto a moral vem do latim *mores* que significa costume (SANCHES, 2003).

O termo *ethos* tem duas origens gregas. A mais antiga (*êthos*, com *eta* inicial) significa “morada, abrigo, refúgio”, isto é, uma espacialidade onde nos sentimos seguros, protegidos, onde nos “desarmamos”. Quando chegamos em “casa”, após um dia de labuta e exigências, deixamos as nossas “armas”, os nossos “uniformes”, nos despimos das formalidades necessárias à subsistência e, acolhidos pelos que nos são mais próximos, baixamos a guarda. Tudo quanto nos rodeia é previsível, os outros são previsíveis, daí a possibilidade de abandonar as “armas”, - os mecanismos de ataque e defesa. (DISKIN *et al*, 1998, p.66)

Em todas as esferas da vida, o homem se depara com questões sobre o que é certo e errado. A Ética palavra grega *thikós* que deriva da palavra *ethos* que quer dizer modo de ser ou caráter foi usada pela primeira vez por Aristóteles, porém foi Sócrates que no século V a.C que iniciou a discussão. Nessa época, a Grécia vivia, assim como hoje em uma nova ordem social, pois aconteceu a transformação da nobreza pelos comerciantes por uma nova classe social. Esse movimento levou os filósofos a indagar novas normas de conduta para a sociedade, já que o critério do nascimento para ter poder não era mais dominante em muitas situações.

Platão dizia que diferentes papéis sociais demandam éticas diferentes. Já Aristóteles defendia que a ética dependia de faculdades mentais do ser humano como o pensamento e a ação ética, mesmo partindo de uma conduta interna deveria ser boa tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Para indicar isso propôs três virtudes: temperança, coragem e justiça, porém, ainda hoje, o ser humano continua divergindo

sobre o que é ético ou não e o tema continua como um dos mais importantes da filosofia (GREIK; VALE, 2002), pois segundo Aristóteles

Para se realizar esta vida, dizia ele, eram fundamentais as virtudes não inatas, mas que se adquiriam ou conquistavam pelo exercício. Estas virtudes ele as considerava em duas classes: as intelectuais e as práticas ou éticas. Finalmente considerava Aristóteles que a felicidade se alcançava mediante a virtude, porém com algumas condições necessárias: maturidade, bens materiais, Liberdade pessoal e saúde, embora estas condições isoladas não bastassem para fazer alguém feliz (GALDINO, 2012 apud D'ASSUMPÇÃO, 1998).

A Ética é um conjunto de valores e princípios que existem com finalidade de orientar a conduta humana em sociedade, ou seja, é um conjunto de princípios (regras e preceitos) cuja finalidade é servir de orientação para a convivência harmônica dos seres humanos em sociedade, pois

Aristóteles considerava que o homem enquanto tal só poderia viver na cidade, pois era por natureza um animal político, ou seja, social. Somente os deuses e os animais não tinham necessidade da comunidade política para viver. Mas ele afirmava que esta vida teórica só era possível a uma minoria ou elite, da qual a maior parte, os escravos - estava excluída. Dentro deste quadro, o homem - o sábio - devia ser, ao mesmo tempo, um bom cidadão (GALDINO, 2012 apud D'ASSUMPÇÃO, 1998).

A Ética está relacionada ao que é considerado correto, portanto, os princípios éticos existem para preservar a vida. Alguns princípios éticos existem para ser considerados universais, como por exemplo, a proteção à vida, combate à tortura, etc. Porém, cada sociedade tem seus princípios éticos singulares.

É especialmente nas relações humanas que encontramos a importância da ética, pois é na convivência em sociedade que é preciso que existam princípios normativos, regras que tem por objetivo regular os limites e responsabilidades de cada ação individual, pois se cada um de nós decidisse agir como julgasse melhor, nossas atitudes provavelmente trariam consequências prejudiciais à sociedade, ao próximo. Nem sempre esses princípios, na sociedade são leis estritas. Tratam-se na maioria das vezes de valores morais para uma convivência harmônica na sociedade. A isso a filosofia chama de Moral, que pode ser entendida como um conjunto de regras, princípios e valores, proibições e tabus, impostos de fora (seja pela política, costumes sociais, religião e ideologias) e o que determinam a conduta do indivíduo. Em resumo, a ética está presente na reflexão e na consciência de cada um. Enquanto a moral é reproduzida nas nossas ações, atitudes que refletem o nosso modo de ser e de agir.

O fluxo informacional no campo da Ciência da Informação, segundo (CAPURRO, 2003) propõe três características, como:

- Algo Físico;
- Algo Associado a uma Dimensão Cognitiva;
- Algo como Fenômeno da Natureza Intersubjetiva, Social.

Estes termos que foram retirados de uma tabela que conceitua e fornece os autores das referências utilizadas na área de Gestão da Informação e Conhecimento. São compreendidos da seguinte forma de acordo com a tabela: dentro da característica física, é a gestão do conhecimento explícito (algo que pode ser codificado), otimização de fluxo (com base nas informações, traça-se um objetivo) e de seu armazenamento (HENRY; COOK; BARRY; TAYLOR) citado por (ARAÚJO, 2010, p.103). Na característica cognitiva ocorre a identificação do conhecimento tácito como recurso importante; tentativa de sua transformação em explícito (algo que se torna implícito, que vem com a experiência) (DAVENPORT; BERGERON; CRONIN; PRUSAK) citado por (ARAÚJO, 2010, p. 103). Na característica social é a compreensão da cultura organizacional, adquire a criação coletiva dos conhecimentos tácitos e explícitos. (CHOO; NONAKA; TAKEUCHI) citado por (ARAÚJO, 2010, p. 103).

Diante desse contexto, o impasse que se configura o atual processo da informação é como ela vai se comportar na maneira como é produzida, armazenada, tratada, recuperada e disseminada. Os princípios universais dos direitos humanos devem reger tais estudos, incluindo e se adequando dentro de cada contexto, de cada cultura. (PEREIRA, 2010). Como coloca Morin (1991, p. 75)

[...] a cultura constitui um sistema generativo de alta complexidade [...] Neste sentido, a cultura deve ser transmitida, ensinada, aprendida, quer dizer, reproduzida em cada novo indivíduo no seu período de aprendizagem, para poder se autoperpetuar e para perpetuar a alta complexidade social.

A complexidade da ética da informação ela não abarca apenas a área organizacional, mas a sociedade como um todo.

Dentro do meio digital a prática da ética entre os cientistas e os profissionais da informação no contexto do ciberespaço possa, segundo Araújo (2001, p. 12) avançar no sentido de

[...] criar tecnologias, construir ferramentas [intelectuais] e sistemas mais eficazes, não só para gerenciar informação, mas, também para

facilitar ao ser humano a transformação da informação em conhecimento e, conseqüentemente, em ação na sociedade.

É nesse sentido que

No centro da cibercultura se tece um desafio profundamente ético. Bem mais do que definir um código de conduta para a Internet ou uma regulação para o comércio eletrônico, trata-se de um debate necessariamente democrático sobre o futuro da sociedade mundial, com a participação mais ampla possível dos interessados, isto é, dos seis bilhões de cidadãos planetários. (QUÉAU, 2001, p. 479)

Apenas assim, com a participação de todos iremos encontrar novas esferas de inter-relacionamentos mais eficazes e mais sólidos. Apesar da citação acima, hoje nós temos uma população maior que 7 (sete) bilhões de habitantes como relata o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP).



## 2 O CÓDIGO DE ÉTICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O mundo passa por rápidas transformações avassaladoras, conduzidas, principalmente, pela revolução digital e a integração de pessoas e negócios por meio da Internet e das redes sociais, globalizando as relações humanas e instituindo a Sociedade da Informação.

A expressão Sociedade da Informação surgiu recentemente, na década de 80 como uma expansão e reestruturação do capitalismo como prefere Castells (2000), substituindo o conceito complexo de Sociedade Pós-Industrial (WERTHEIN, 2000). A essência dessa sociedade são os “insumos baratos da informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações e os seus desafios são inúmeros e incluem desde os de caráter técnico e econômico, cultural e social” (WETHEIN, 2000, p. 71-76).

Em sociedades mais desenvolvidas a tecnologia da informação já se estabeleceu como novo paradigma nas relações sociais e econômicas. Esse novo padrão, segundo Castells (2000) têm 5 (cinco) características básicas, quais sejam:

1. A informação é sua matéria prima;
2. Os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade;
3. Predomínio da lógica de redes;
4. Flexibilidade;
5. Crescente convergência de tecnologias.

Diante desse contexto, iremos avaliar cada característica: A informação é sua matéria prima: pois as novas tecnologias avançam no sentido de permitir um acesso maior à informação. Os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade, porque a informação é o elemento principal de todas as atividades do homem e está presente nas novas tecnologias, é ela o novo insumo.

No predomínio da lógica das redes, esta característica está vinculada a qualquer tipo de recurso informacional ligada à tecnologia. Dentro da flexibilidade ela permite a transformação da informação de remodelar, ou seja, de se reorganizar.

Crescente convergência de tecnologias: a capacidade das novas tecnologias de interligarem às várias áreas do conhecimento.

O avanço tecnológico no novo paradigma foi em grande parte o resultado da ação do Estado e é o Estado que está à frente de iniciativas que visam ao desenvolvimento da “sociedade da informação” nas nações industrializadas e em muitas daquelas que ainda estão longe de ter esgotado as potencialidades do paradigma industrial (WERTHEIN, 2000).

Nessa sociedade pretende-se acentuar a importância das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) na forma de produzir, tratar e distribuir a informação devido a velocidade da comunicação a nível global provocando uma mudança na forma estrutural com que se propaga a informação (LEMOS, 1999).

Diante desse contexto Moreira e Aveiro (2005) afirmam que as novas tecnologias são mais viáveis em ambientes onde as normas democráticas são bem deliberadas.

No contexto das organizações Davenport (1998, apud ALVARENGA NETO, 2008, p. 134), "afirma que o que falta não é informação, uma vez que está em todo lugar. O que falta são ferramentas tecnológicas e de gestão para entregar a informação certa às pessoas certas no tempo certo". Desse modo, nessas interações os aspectos éticos são de extrema importância, uma vez que para Zajdsznajder (1999, p. 175), "o caráter ético da ação humana pode ser reconhecido pela observação da extensa presença de promessas em todos os relacionamentos entre pessoas, entre instituições e entre pessoas e instituições”.

Na sociedade da informação é cada vez mais marcante o uso da tecnologia no meio digital. Esta realidade já tão potencializada está transformando as formas de gestão no meio empresarial. Tanto que, as tomadas de decisão já é possível estando em qualquer lugar utilizando para isso os meios digitais. Assim como, MACHADO (2016) afirma que “com o avanço tecnológico contínuo, as empresas estão cada vez mais deixando os espaços físicos para aderir o virtual. Grandes negócios podem ser fechados à distância, gerenciamento de produtos e serviços em tempo real, e até os colaboradores já estão tornando virtuais os trabalhos até mesmo de suas casas, pois a tecnologia não limita sua posição física, dando-lhe flexibilidade de horário de maior mobilidade”.

Para que haja o bem estar dos seres humanos diante desta nova tecnologia em constante mudança, deve-se criar um conjunto essencial de competências no sentido de buscar informações e analisá-las com critério e criar novas informações e conhecimentos.

Nunca se produziu tanto conhecimento, num prazo tão curto e difundido de uma forma tão acelerada (DIMENSTEIN, 2016). Nos dias atuais, as organizações procuram organizar o conhecimento como fator diferencial no mercado competitivo. *Sembay et al* (2013). Diante desse contexto, verifica-se a importância de um caráter ético para que nas relações interpessoais, sua habilidade e influência no meio de uma gestão informacional firme sua qualidade e obtenha credibilidade no ambiente organizacional. Nesse sentido, o trabalho seria uma atividade que busca o reconhecimento do homem com aquilo que ele faz.

Na era da informação o profissional da informação necessita de respaldos para trabalhar em um ambiente seguro e para tanto a constituição de um código de ética facilita na criação de um ambiente propício para desempenhar suas funções, pois como ressalta (MONNERAT, 2013),

Os profissionais\alunos devem sentir-se o tempo todo sujeitos do processo educativo e, da mesma maneira, aprender a considerar sujeitos o usuário e os outros profissionais. Como sujeito, entende-se uma pessoa em busca de autonomia, disposta a correr riscos, a abrir-se ao novo, ao desconhecido, e na perspectiva de ser alguém que vive numa sociedade determinada, capaz de perceber seu papel pessoal\profissional\social diante dos desafios colocados a cada momento.

A importância de um código de ética para os profissionais da informação incluindo o Gestor da Informação em sua prática profissional na era da informação é de suma importância, pois para se criar um ambiente propício e respeitado nessa esfera organizacional é significativo difundir a informação com qualidade e relevância, proporcionando o acesso a essa informação. Nesse contexto, iremos rumo ao sucesso profissional. Segundo Baltazar (2009, p.1),

Respeito é o apreço por, ou o sentido do valor e excelência de, uma pessoa, qualidade pessoal, talento, ou a manifestação de uma qualidade pessoal ou talento. Em certos aspectos, o respeito manifesta-se como um tipo de ética ou princípio, tal como no conceito habitualmente ensinado de "[ter] respeito pelos outros" ou a Ética da reciprocidade. O Respeito também poderá ser chamado de ética da reciprocidade é um princípio moral geral, que se encontra praticamente em todas as religiões e culturas, frequentemente como regra fundamental. Este fato sugere que pode estar relacionada com aspectos inatos de natureza humana.

Segundo Agudo Guevara (2000), a sociedade da informação é a reestruturação do capitalismo juntamente com os novos aparatos tecnológicos estão contribuindo para formação desses novos paradigmas sociais criando uma transformação social. Já existe distinção entre países desenvolvidos que são bem informados e os que não são como os países latino-americanos. Dentro desta sociedade da informação, vastos setores da população, “compreendendo os mais diversos contextos sociais como os médios e pequenos produtores e comerciantes, docentes e estudantes da área rural e setores urbanos entre outros, estão longe de integrar-se no novo paradigma” (GUEVARA, 2000). “Este fato em especial representa um dos desafios éticos para a constituição das sociedades da informação, desafio este, que somente a ação social consciente poderá superar, já que certamente não será resolvido pelo avanço tecnológico em si mesmo, nem por uma hipotética evolução natural” (WERTHEIN, 2000, p. 73), mas sim com vontade política e ação direta das instituições governamentais.

Um código de ética é baseado nas necessidades e realidade de uma determinada profissão, enfatiza os valores e deveres de uma categoria profissional. Um dos códigos de ética mais conhecidos são: medicina, psicologia e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) sendo este último o primeiro código de ética de toda América Latina elaborado em agosto de 1921 por Francisco Antônio de Almeida Morato, presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo. Este código de ética foi aprovado em 25 de julho de 1934 e em 15 de novembro do mesmo ano entrou em vigor. (OAB SP, 2016).

### 3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Para determinar o conceito de Ciência da Informação (CI) abordaremos o pensamento de Borko (1968) que afirma ser

[...] uma ciência interdisciplinar que estuda as propriedades e o comportamento da informação, as forças que dirigem o fluxo e o uso da informação e as técnicas, tanto manuais como mecânicas, de processar a informação visando sua armazenagem, recuperação e disseminação. (BORKO, 1968, p. 3).

As áreas que compõem sua atuação são várias, até mesmo por ser um campo interdisciplinar, pode atuar em qualquer área, porém aqui vão estar descritos os que trabalham e lidam com a informação diretamente, “visando sua armazenagem, recuperação e disseminação” (BORKO, 1968, p. 3).

Para reforçar ainda mais a área de Gestão da Informação e sua ligação com os Profissionais da Informação, segundo (VALENTIM, 2004)

Gestão da Informação é um conjunto de artifícios que visam detectar as necessidades informacionais, mapear os fluxos formais de informação nos ambientes da organização, assim como sua coleta, filtragem, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e a tomada de decisão no ambiente corporativo.

Já segundo (HARMONI, 1971) a Ciência da Informação é

um campo interdisciplinar que inclui tópicos tais como ciência do comportamento, classificação, transferência, linguagem e linguística [...] e está estreitamente relacionada com a comunicação e o comportamento.

Em relação a Gestão da Informação (Davenport, 1998, p. 29) “afirma que o que falta nas organizações não é a informação visto que, ela está em todo lugar. O que faltam são ferramentas tecnológicas e de Gestão para difundir a informação certa às pessoas certas no tempo certo”. Por isso a importância clara e evidente de se investir em políticas de Gestão da Informação no sentido de trabalhar a informação de maneira correta auxiliando no processo de tomada de decisão para se alcançar os objetivos desejados.

Para Gordon e Gordon (2011, p. 11),

Diagnosticar necessidades de informação, avaliar a tecnologia da informação para atender estas necessidades e projetar sistemas de informações adequados formam a viga-mestra do desempenho efetivo atual hoje [...]. Bons gestores podem aumentar a probabilidade de

sucesso de suas empresas usando informações para tomar boas decisões, motivar empregados e iniciar mudanças necessárias.

Nesse contexto, a empresa que detém bons gestores estará à frente das outras atingindo seus objetivos e é nesse sentido que a ética possui extrema importância para uma organização/empresa devido a necessidade da comunicação e convívio com outras pessoas. Demonstrando que a comunicação entre terceiros exige certa habilidade para que haja compreensão da mensagem pelo receptor (SÁ, 2010).

Zajdsznajder (1999, p. 175) afirma que “o caráter ético da ação humana pode ser reconhecido pela observação da extensa presença de promessas em todos os relacionamentos entre pessoas, entre instituições e entre pessoas e instituições”.

Dentro deste ponto de vista, em que os profissionais da informação estão inseridos dentro de um conteúdo o da informação em suas diversas modalidades. Um código de ética que deve atender às necessidades de profissão e respeitando suas particularidades, porém como exemplo do código de ética apresentado pelos profissionais da informação de Portugal demonstra que é possível a elaboração de um código de ética que abrace tanto os Bibliotecários, Arquivologistas, Museologistas e Gestores da Informação em um único código de ética. Pois, são elaborados com a finalidade de destacar e valorizar os profissionais. Nesse sentido, para Shachaf (2005, p. 47), “a ética promove um conjunto de valores que definem o que é correto e o que é errado, associando os valores a ideais...”.

“A ética é considerada como ciência filosófica que analisa a conduta humana, voltando-se para a aprovação e desaprovação das ações do homem de acordo com as normas comportamentais estabelecidas pela sociedade” (SÁ, 2000). “O excesso de informação, o qual configura o contexto das empresas na atualidade, pode sofrer danos irreparáveis quando os profissionais não se utilizam de uma ética profissional responsável por conduzir um comportamento fidedigno à organização a qual fazem parte” (PINHEIRO NETO, 2010). “...Uma sólida formação ética, é capaz de gerenciar processos e conteúdos de forma sigilosa e criteriosa, assegurando um espaço democrático e harmonioso, nas atividades rotineiras” (SEMBAY et al, 2013).

A ética segundo Camargo (1999, p. 31), “é o compromisso com o dever, a verdade, a justiça, o valor, a virtude; Seus Fundamentos estão nos aspectos essenciais da natureza humana, que devem Ser descobertos e analisados pela reflexão”.

“Os códigos de ética estabelecem subsídios para que seus membros encontrem formas éticas de agir” (ARRUDA; WHITAKER; RAMOS, 2009, p. 04). Sobretudo na profissão de Gestor da Informação que se relaciona com todos os setores de uma organização. Devendo os códigos de ética ser elaborados de acordo com a realidade vivenciada, definidas por “meio de princípios perenes e universais, atuando nas práticas do exercício da profissão” (SEMBAY, 2014). Dessa forma, devemos primar para fomentar estudos para concretização de um código de ética para o Gestor da Informação preservando suas particularidades, sua interdisciplinaridade e sua relevância na atual Sociedade da Informação.

Segundo (SEMBAY, 2013) o profissional da informação teve por origem na época de Alexandre Magno (356 a. C – 323 a. C), também conhecido como “Alexandre O Grande”. Ele dominou o Oriente, expandindo o seu império, tendo domínio do Egito, dando início a Alexandria e outras nações como a Índia e a Mesopotâmia (SABINO, ROCHA, 2004). Como uma área peculiarmente interdisciplinar. É claro que o Gestor da Informação pode atuar como assessor se não for sua principal atividade.

Com a tendência de valorização crescente da informação – tanto para o cumprimento das metas organizacionais quanto para a atuação individual de funcionários de outras áreas –, os especialistas vislumbram perspectivas altamente promissoras para o profissional de Gestão da Informação, em todos os setores de atividades produtivas. Isso significa que há opções para carreira na iniciativa privada (agricultura, indústria, comércio e serviços), na administração pública e no terceiro setor. Essa qualificação se valorizou a tal ponto que parte significativa das organizações inclui no organograma de colaboradores efetivos a figura do gestor, assessor ou mesmo analista de informação, como constatou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das que oferece a graduação. O gestor da informação desenvolve atividades variadas, entre as quais se destacam planejamento e execução de pesquisa sobre comportamento do mercado; identificação das necessidades e uso de informações pelo público interno e externo das organizações; implementação de ações para otimizar o acesso a informações estocadas em banco de dados; avaliação e planejamento de fluxos de informações e documentos; consultoria e **assessoria** na busca, tratamento e apresentação de dados, informações e documentos, entre outras (UFRJ, 2015, s.n.).

Segundo Nonato Júnior (2009, p. 80),

[...] a origem do trabalho dos assessores, certamente data do início Das produções do conhecimento humano, pois para organizar, selecionar, assistir e encaminhar fontes de saber é necessário estar assessorado por outras pessoas. [...] Por isso a assessoria não tem uma

data precisa de fundação, pode-se dizer que surgiu da necessidade humana de produzir conhecimentos complexos.

“Neste contexto, Alexandre Magno já utilizava de seus secretários, tanto para registros escritos quanto para as batalhas, como parte da composição de seus exércitos. O escriba mostrou sua competência e fidelidade aos seus senhores com relação às informações que recebia” (SABINO; ROCHA, 2004 apud SEMBAY et al, 2014).

O que nos dias de hoje,

no processo de Gestão da Informação um fator importante para sua realização é a distinção entre dados, que consiste em um elemento bruto que não resulta em empreendimento, quando apenas a informação realiza a transformação do dado em conhecimento auxiliando no processo da tomada de decisão (OLIVEIRA, 1999).

Para Laudon e Laudon (2009, p. 9),

Um sistema de informação pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização. Além de dar apoio à tomada de decisões, à coordenação e ao controle, esses sistemas também auxiliam os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos.

Segundo Medeiros e Hernandez (2009, p. 20), os estudos da informação ocupam-se relativamente “à comunicação, com as medidas de informação, ou seja, a quantidade de informação transmitida em uma comunicação. Também se ocupam da economia da mensagem, ao tratar de questões relativas à codificação eficiente, capacidade de transmissão e eliminação de ruídos”.

Uma boa assessoria ou gestão da informação requer habilidades específicas, o relacionamento interpessoal e o caráter ético. Segundo SEMBAY et AL (2014) é nesse contexto da gestão da informação e comunicação que a ética tem papel essencial. A ética da comunicação dá-se através do inter-relacionamento com o outro independente da área que esteja atuando. Esse relacionamento é necessário para que haja a compreensão da mensagem pelo receptor (SÁ, 2010).

Desse modo, Sá (2010) evita-se assim, os possíveis conflitos gerados através da má interpretação de uma mensagem, podendo ocasionar até prejuízos para a empresa, além de clima desagradável que afeta diretamente o rendimento dos profissionais”. SEMBAY et AL (2014). “Assim a ética e os valores éticos devem estar presentes mais



do que nunca por formar a preservar princípios fundamentais como a liberdade, a igualdade, a justiça” (Bustamante-Rodríguez, 2007), como já foi citado acima.

O curso de Gestão da Informação (GI) no Brasil é bastante novo e ainda não constituiu um código de ética. O curso de GI foi apresentado pela primeira vez no VI ENECIB (Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Paraná). Implementado no ano de 1998 na Área de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em Pernambuco sua criação foi no ano de 2008-Resolução CCEPE/2008- (aprova mudanças no depósito legal e publicação de teses e dissertações), publicada no dia 24/04/2008. O reconhecimento do curso se deu através da Portaria 218. DIREG/MEC (Órgão regulador e Supervisor de Educação Superior).Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O objetivo do curso parte de “demandas crescentes do mercado de trabalho. E esse mercado tem exigido para seu pleno exercício um profissional bem preparado. O curso de Gestão da Informação vem aprimorando os recursos didáticos para a formação dos profissionais desta área. Não existe campo profissional em que ele não possa atuar, visto que, é uma profissão interdisciplinar e sua fonte é inesgotável, a informação. Ela é encontrada desde o chão da fábrica até o mais alto cargo dentro da organização. É sem dúvida a área mais complexa da Ciência da Informação. (MARCHIORI, 2002). Em Pernambuco sua área de atuação também é bastante grande”.

“O Gestor da Informação atua em organizações em que a informação é produzida, armazenada, recuperada e utilizada, tais como indústrias, empresas públicas e privadas, instituições educacionais, editoras, agências de comunicação, organizações não-governamentais, associações, entre outras. Seu espaço de atuação diz respeito a instituições de natureza documental e junto a pessoas e grupos que necessitam de informação para desenvolver suas atividades. O profissional desta área deve ser capaz de interagir e agregar valores nos processos de geração, transferência e uso da informação e na documentação no campo da gestão do conhecimento” (PROCAD, 2016, s.n.)

Como se percebe um curso interdisciplinar e com um vasto campo de atuação.

Diante do contexto atual da área da Ciência da Informação, que está em pleno campo próspero, a economia encontra-se voltada para a produção de bens, serviços e atividades de informação que se caracteriza diante do potencial tecnológico que se faz presente, hoje em dia nos diferentes campos da informação, seja ela textual, sonoro, gráfico, visual, etc. em organizações ou objetos de informação oferecidos de maneira

distintas de um indivíduo ou grupo. (MARCHIORI, 2002). Saracevic (1996, p. 47), expõe que

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Le Coadic (2004) faz as seguintes observações que deram a Ciência da Informação um caráter científico e social, através de 4 (quatro) pontos:

1. As revistas científicas;
2. Os bancos de dados e os recursos da Internet;
3. As sociedades científicas e profissionais;
4. Curso e unidades de ensino em Ciência da Informação.

Dentro desses contextos expostos, a atividade de Gestão da Informação está integrada na área da Ciência da Informação, assim como todos os profissionais da informação (bibliotecários, museólogos, arquivistas). Nessa atividade uma formação profissional em gestão da informação, sob o enfoque da

“Ciência da Informação em que o estudo da informação da teoria e prática em que envolvem sua criação, identificação, coleta, validação, recuperação e uso e ainda o fato de levar em consideração que existe um produtor/consumidor de informação” (MARCHIORI, 2002).

Sob esse ponto de vista se firma então o gestor da informação onde as demandas de informação, assim como o gerenciamento dos recursos de informação, provendo um serviço e/ou produto de informação que seja direcionado e relevante ao objetivo destinado.

## 4 O CÓDIGO DE ÉTICA DE PORTUGAL: UMA PROPOSTA PARA O BRASIL

O código de ética dos profissionais da informação em Portugal foi realizado através de muito esforço e vontade das instituições que fizeram parte desse marco como a APDIS; BAD; INCITE. É um dos mais extensos e um dos poucos que fazem referência a procedimentos disciplinares. O estudo de Shachaf (2005, p. 51) revela que “o conteúdo fundamental dos códigos de ética é muito similar” como por exemplo “a liberdade intelectual, o livre acesso à informação e na luta contra a censura” (SHACHAF, 2005, p. 51).

“Na sua introdução os códigos de ética dos profissionais da informação centram-se fundamentalmente na liberdade intelectual, no livre acesso a informação e na luta contra a censura. Os princípios mais visados e explicitados no corpo dos códigos são o desenvolvimento profissional, a integridade, a privacidade e o livre acesso à informação” (SANTOS, 2015).

“O estudo de Shashaf identifica ainda o reflexo que a cultura dos diferentes países, sendo fonte individualista ou coletiva, tem na organização estrutural dos códigos de ética; entretanto, de forma geral, o conteúdo fundamental dos códigos de ética é muito similar” (SANTOS, 2015, p. 47).

Dentro das perspectivas portuguesas, são baseadas dentro do código de ética dos profissionais da informação os "Documentalistas, bibliotecários, arquivistas, gestores da informação e do conhecimento e outros que são intermediários entre os criadores de conteúdo, os serviços de fornecedores de informação, os utilizadores de informação e as tecnologias da informação". Para sua elaboração que foi adotado em 25 de junho de 1999. Foram através dessas três associações: APDIS – Associação Portuguesa de Documentação e Informação na Saúde, BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, INCITE – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica.

O Código de ética de Portugal dos profissionais da Informação é um dos mais extensos,

segundo Shashaf (2005).

Os profissionais da informação em Portugal são:

- Bibliotecários;

- Arquivistas;
- Gestores da Informação e do Conhecimento;
- Outros que são intermediários entre criadores de conteúdo, os serviços de fornecedores de informação, utilizadores de informação e as tecnologias da informação.

“Numa era em que a informação assume um conjunto de características que derivam do aumento exponencial da informação digital, as implicações éticas que daí decorrem, merecem uma ampla reflexão” (SANTOS, 2015, p. 47).

A questão ética se faz cada vez mais importante para o campo dos profissionais da informação. Segundo Froehlich (1996) existe uma específica ligação entre os valores profissionais e os direitos fundamentais do ser humano. “Bayles apud Froehlich (1996) emite um conjunto de direitos fundamentais: liberdade e autodeterminação; proteção contra ofensa; igualdade de oportunidades; privacidade; mínimo de bem-estar. A estes direitos acrescenta o reconhecimento pelo trabalho do profissional da informação que se encontra na maioria dos códigos de ética”.

“A premissa da primordialidade do acesso à informação é retratada de maneira pioneira nas cinco leis de Ranganathan (1931):

1. Os livros são para ser usados;
2. A cada leitor o seu livro;
3. A cada livro o seu leitor;
4. Poupe o tempo do leitor;
5. Uma biblioteca é um organismo em crescimento.

Estas 5(cinco) leis de Ranganathan permitem ao profissional entender de maneira ampla a missão de sua profissão dentro de uma conjuntura social que permite ações que vão desde o posicionamento ético até escolhas de métodos e técnicas para organizar a informação. Assim, faremos um breve resumo do propósito de cada lei. Sendo assim:

- 1ª lei – Os livros são para ser usados: envolve questões de democratização da informação, pois o bibliotecário deve criar mecanismos para garantir o acesso a informação.
- 2ª lei – A cada leitor o seu livro: Garante o acesso ao conhecimento mediante os questionamentos políticos e sociais da sociedade em que este profissional está inserido.

- 3ª lei – A cada livro o seu leitor: Permite através do acesso a informação a transformação dessa informação em conhecimento.
- 4ª lei – Poupe o tempo do leitor: Permite ao usuário agilidade na recuperação da informação buscada pelo leitor, através de métodos e técnicas ligados à organização/recuperação do acervo.
- 5ª lei – Uma biblioteca é um organismo em crescimento: É na biblioteca que estão inseridos os registros de todos os conhecimentos humanos é um ato contínuo e em crescimento do ser humano.

Diante desse contexto, (Crawford, Gorman, 1995; Noruzy (2004) vem resgatar e atualizar as leis de Ranganathan adaptando-as a uma nova realidade tecnológica na era da informação” (SANTOS, 2015). Ou seja as leis de Ranganathan são atemporais.

“O código de ética do profissional da informação Fundamenta-se no respeito pelos direitos humanos e pela liberdade individual. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1998) nomeadamente o art.º 19 proclama que” (SANTOS, 2015). Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, este direito implica a liberdade de manter as suas próprias opiniões sem interferência e de procurar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio de expressão independentemente das fronteiras” (UNESCO, 1998, s.n.).

Os códigos de ética têm que se adequar aos profissionais da informação em especial a Gestão da Informação. Eles podem assumir distintas tipologias. O trabalho de Frankel (1989) divide os códigos de ética em três grandes tipologias e tem obtido o consenso da maioria dos autores, são elas: foi acrescentado a tipologia Mista segundo Rasche, 2005, assim como segue:

1. Aspiracionais – correspondem aos princípios básicos;
2. Educacionais – oferecem um conhecimento dos valores da profissão por meio de comentários e interpretações. (RASCHE, 2005);
3. Disciplinares – relacionam deveres baseados em normas sob supervisão de comitês com funções de aplicar normas e sanções. (RASCHE, 2005);
4. Mistos – englobam mais de uma das tipologias citadas. (RASCHE, 2005).

“Códigos de ética aspiracionais ou inspiracionais identificam-se por conter um enunciado de princípios ou ideais que se devem procurar

seguir” (SANTOS, 2015, p. 50), ou seja, um conjunto de ideais a serem alcançados. “o seu objetivo é incutir, incentivar o indivíduo a agir de forma ética e parte-se do princípio de que existe uma predisposição individual e coletiva na aceitação da ética de forma livre e espontânea” (SHACHAF, 2005).

Os códigos de ética profissional ainda podem ser normativos e descritivos:

- Normativo é identificado por ser claramente exposto a conduta do profissional e está ligado em defender aquilo em que acreditamos, sendo responsável e sendo respeitoso com os demais profissionais.
- Descritivo: são os valores e princípios que devem indicar a conduta do profissional da seguinte forma: agir corretamente, uma questão de consciência.

A maioria dos códigos de ética são mistos, sendo ao mesmo tempo normativos e descritivos.

Para ser um cidadão, temos que, para ser respeitados, cumprir as normas vigentes em determinada sociedade. Assim é também na profissão, empresa sermos reconhecidos e dignificados é de vital importância a criação de um código de ética. Sendo assim, hoje:

“A importância da ética nas empresas cresceu a partir da década de 80, com a redução das hierarquias e a consequente autonomia dada às pessoas. Os chefes, verdadeiros xerifes até então, já não tinham tanto poder para controlar a atitude de todos, dizer o que era certo ou errado” (JACOMINO, 2000, p. 29).

Não há sociedade que progrida com firmeza por muito tempo, que se mantenha politicamente consistente, que ofereça bem-estar social a seus membros, nem profissão que se imponha pelo produto de seu trabalho, que angarie respeito de todos, que se faça reconhecer por seus próprios méritos, sem que esteja a Ética para servir de base para fortalecer sua estrutura, de amarras a suportar as tempestades, de alicerce para suportar seu crescimento e de raízes e seiva para garantir a sobrevivência dessa sociedade ou dessa profissão. Sem Ética, a sociedade não se estrutura de forma permanente; e uma profissão também não (Lisboa, 1997, Prefácio).

Empresas excelentes são, sobretudo, Éticas. A Exxon (é uma cadeia de postos de gasolina e uma marca de combustível) fez uma pesquisa sobre desempenho versus Ética” e conclui: Uma base Ética ajuda a empresa a sobreviver melhor a mudanças externas abruptas e complicadas. A Ética aumenta a produtividade e reduz problemas trabalhistas (STUKART, 2003, s.n.).

“O profissionalismo é um compromisso de vida para a competência, excelência, valores honráveis, padrões, ética, bom caráter e determinação, entre outras características. É essencial apresentar confiança, liderança e entusiasmo genuíno. A linguagem corporal positiva, o foco nas necessidades do cliente e as atitudes demonstram profissionalismo. Além disso, o uso de técnicas efetivas de comunicação pode transmitir mensagens que refletem que um profissional é confiável, comprometido e competente” (MARTINS, 2016).

O código de ética para os profissionais da informação em Portugal é introduzido por uma apresentação, um preâmbulo e divide-se em três grandes categorias:

1. Liberdade intelectual;
2. Privacidade dos utilizadores dos serviços de informação;
3. Profissionalismo.

“O código tem uma base procedimental (método) e encontra-se imbuído de pleno reconhecimento pelo espírito emanado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pretende constituir-se com uma referência e valorização da atividade dos profissionais da informação como <<...defensores intransigentes do acesso à informação [...] contra todas as formas possíveis de censura.>> (APDIS; BAD; INCITE, 1999). Fazendo referência ao artº 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques”.

O código de ética está comprometido totalmente com a defesa da privacidade dos utilizadores através de uma excelência de profissionalismo. O desenvolvimento e formação contínua dos profissionais são igualmente elementos centrais no fomento de boas práticas definidas numa política de informação totalmente democrática” (SANTOS, 2015).

O reconhecimento é claro e significativo do avanço que foi a construção deste código de ética para os profissionais da informação em Portugal.

“O código de ética para os profissionais da informação em Portugal enquadra-se na tipologia educacional, introduzindo valores, comentários e interpretações, descrevendo um conjunto de deveres e obrigações profissionais para com a sociedade e os utilizadores em concreto, promovendo a defesa da instituição através do respeito e dignificação da atividade profissional. Contudo, o código de ética contempla elementos de tipologia disciplinar, tais como aceitar a responsabilidade pela qualidade do seu trabalho e pelas consequências de erros cometidos por descuido.>> (APDIS; BAD; INCITE, 1999), podendo inserir-se dentro de uma tipologia mista de acordo com a classificação proposta por Bustamente-Rodriguez (2007).

É visível a composição do código de ética dos profissionais da informação em Portugal, pois apesar de ter como característica educacional inclui em seu código características de uma tipologia mista.

“Não podemos ser ingênuos e pensar que organizações/empresas são apenas entidades jurídicas. Empresas são formadas por pessoas e só existem por causa delas. Por trás de qualquer decisão, de qualquer erro ou imprudência estão seres de carne e osso. E são eles que vão viver as glórias ou o fracasso da organização. Por isso, quando falamos de empresa ética, estamos falando de pessoas éticas” (JACOMINO, 2000, p. 31).

Dessa forma é necessário que a empresa ou organização deixe claro suas regras e o relacionamento entre as pessoas. Será imprescindível para a tomada de decisão e consequentemente seu sucesso.

Assim como em Portugal, os Profissionais da Informação aqui no Brasil, deveriam seguir os mesmos critérios, haja vista a Ciência da Informação comportar as profissões de Biblioteconomia e Gestão da Informação e tendo em vista a nova realidade desta recente profissão no mercado aqui no Brasil torna-se visível sua relação existente com outras áreas da informação. Comportando é claro suas particularidades e sua interdisciplinaridade que compõem a profissão de Gestor da Informação.

Diante desse contexto, como os Profissionais da Informação de Portugal são semelhantes aos Profissionais da Informação no Brasil consideramos relevante a forma como foi construído o Código de Ética desses profissionais. Em relação a isso achamos primordial a apreciação de estudo das associações e instituições a seguir:

Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO) sua missão promove

“o trabalho dos profissionais da informação, realizando ou apoiando ações que possam garantir o aprimoramento dessas atividades e contribuir, de modo primordial, para o aperfeiçoamento das práticas de informação como meios essenciais para a existência de uma sociedade com liberdade de expressão e pluralista, sob as condições essenciais de liberdade de informação e garantia do direito de acesso à informação em seus vários planos” (ABRAINFO).

De acordo com o site (ABRAINFO) podemos classificar os objetivos da seguinte forma:

Seus objetivos são descritos na tabela I:

ABRAINFO	
OBJETIVOS	
•	“Trabalhar pelo desenvolvimento de todos os profissionais que atuam no



setor de informação tendo em vista o cumprimento de seus objetivos sociais;

- Expressar perante a sociedade civil e os poderes constituídos as reivindicações, contribuições e propostas que os profissionais da informação tenham a fazer em matéria de acesso, oferta e gestão da informação, em qualquer suporte ou formato;

- Contribuir e colaborar com os poderes constituídos, em âmbito federal, estadual e municipal, na elaboração e implantação de políticas públicas que visem à expansão e fortalecimento do setor de informação, e na defesa permanente dos serviços que compõem o setor de informação;

- Contribuir para identificar e formular as competências necessárias à formação e ao exercício profissional em nível de excelência;

- Contribuir para a adoção de medidas de defesa e preservação do patrimônio cultural nacional, material e imaterial em qualquer suporte e em qualquer formato;

- Implantar e defender, em seu âmbito de ação, iniciativas de apoio e defesa dos direitos civis, em particular as liberdades de expressão e comunicação e de acesso à informação, com especial atenção às pessoas com necessidades especiais, e contra todas as formas de discriminação individual ou social;

- Organizar e editar livros, manuais, diretrizes e normas de trabalho e procedimentos, bem como publicações periódicas;

- Contribuir para a proteção da propriedade intelectual e dos direitos de autor;

- Colaborar com diferentes instituições para a realização de estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do setor de informação;

- Participar de atividades que contribuam para proporcionar à sociedade o mais amplo acesso à educação, à cultura e à informação;

- Realizar atividades de capacitação e educação continuada, como encontros, conferências, seminários, cursos, congressos e quaisquer outras atividades de alcance coletivo, presenciais ou virtuais, que contribuam para o exercício profissional e o aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais da informação;

- Manter relações com instituições e associações correlatas do país e do exterior;

Coletar, organizar, gerir e difundir por quaisquer meios informações relevantes ao

desenvolvimento profissional e às atividades das instituições do setor de informação”.

Fonte: Autor (2017)

“A **I**nternational **F**ederação de **A**ssociations **L**ibrary (Federação Internacional de Bibliotecas e Associações) e Instituições (IFLA) Fundada em Edimburgo, Escócia, em 30 de setembro de 1927 é o principal organismo internacional que representa os interesses de biblioteca e serviços de informação e seus usuários. É a voz global da biblioteca e dos profissionais da informação” (IFLA, 2016).

Assume a necessidade da existência de códigos de ética, bem como uma reflexão ética por parte das associações dos profissionais da informação. É neste quadro amplo que se ambiciona, em organizações relacionadas com a informação, defesa e promoção de princípios éticos que derivam da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a liberdade intelectual, a privacidade e confidencialidade e a propriedade intelectual (Bustamante-Rodriguez, 2007; IFLA, 2012).

Todos eles podem oferecer um parâmetro de como formular um código de ética para o profissional da informação aqui no Brasil.

A UNESCO (União das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura) no Brasil é caracterizado por três objetivos: De acordo com o site (UNESCO, 2017) podemos demonstrar seus objetivos na tabela II:

UNESCO
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a liberdade de expressão e de imprensa, bem como o direito a informação;</li> <li>• Estimular o desenvolvimento de meios de comunicação livres, plurais e independentes, fortalecendo a diversidade, a proteção dos direitos humanos e a uma boa governança;</li> <li>• Fortalecer o apoio da sociedade da informação ou do conhecimento, principalmente pelo acesso universal a informação em especial na área da tecnologia de informação e comunicação (TIC).</li> </ul>

Fonte: Autor (2017)

“As ações nesta área (TICs) privilegia os projetos que abarquem as relações entre elas e a educação no sentido de fortalecer a gestão no ciberespaço, da política de arquivos e bibliotecas e da gestão da informação...” (UNESCO).

Tomando por base os esforços de Portugal neste sentido e como ele compõe o seu Código de Ética consideramos uma premissa para o nosso país. A contribuição da UNESCO no que refere a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A IFLA que adota a efetividade de Códigos de Ética e a ABRAINFO a Associação que abarca todos os Profissionais da Informação aqui no Brasil. Ao fazer tal comparação conseguimos vislumbrar a formação de um Código de Ética para o Gestor da Informação já que preenchemos os requisitos viáveis nesta vereda. Além disso, já está,

“garantido a Lei Geral de Acesso à Informação do Brasil, sancionada em 18 de novembro de 2011 e em vigor desde 16 de maio de 2012, foi um grande avanço para o país nesta área. A configuração desse marco legal estabelece regras que demarcam o papel do Estado como fornecedor de informações por ele geradas aos cidadãos e cidadãs, e pela diminuição da exclusão digital” (UNESCO, 2016).

Fica, pois em aberto para uma possibilidade de inserção da Gestão da Informação ser incluída junto das demais profissões, como: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Todos fazem parte da categoria de Profissionais da Informação.

O Gestor da Informação pode adquirir este status e viabilizar a proposta deste trabalho que se configura na importância da elaboração de um código de ética para o profissional Gestor da Informação, obedecendo os critérios já publicados.

Nesse ínterim faremos um bloco sobre as profissões e o que tem em comum para a categoria do Gestor da Informação.

De acordo com o site (Guia do Estudante, 2017) podemos classificar da seguinte forma as tabelas a seguir:

Tabela III – BIBLIOTECONOMIA

CURSO	DESCRIÇÃO
BIBLIOTECONOMIA	O bibliotecário domina técnicas de classificação, organização, conservação e divulgação do acervo de bibliotecas ou centros de documentação. Este profissional trabalha como um administrador de dados, que processa e divulga a informação. Ele cataloga e armazena as informações e orienta na busca e seleção. Analisa e organiza livros, revistas, documentos, fotos, filmes e vídeos. É de sua responsabilidade planejar, implementar e gerenciar sistemas de informação além de preservar os suportes (mídias) para que resistam ao tempo e ao uso. Trabalha em bibliotecas públicas, escolares ou particulares, centros de

	documentação, arquivos, museus, centros culturais, editoras, provedores de internet, ONGs, clubes e associações. Nos últimos tempos, a atuação do profissional de biblioteconomia tem se voltado cada vez mais para a criação e a manutenção de arquivos digitais e para a montagem de bancos de dados em computadores, empregando para isso os sistemas de informática e a internet. O licenciado está apto a dar aulas no ensino técnico para formar bibliotecários”.
--	---

Fonte: Autor (2017).

Tabela IV-ARQUIVOLOGIA

CURSO	DESCRIÇÃO
ARQUIVOLOGIA	O arquivista é o profissional responsável por identificar, organizar, avaliar, preservar e restaurar documentos, sejam textos, sejam imagens ou dados, registrados em papel, ou na forma de fotografia, filme, microfilme, mídia digital ou, ainda, banco de dados on-line. Este graduado é o responsável por organizar e tornar disponíveis as informações que são geradas e acumuladas em empresas, órgãos do governo, escolas, associações, instituições de saúde e ONGs. O profissional precisa ter sólida formação cultural para saber avaliar a relevância dos documentos que manipula e bom preparo para trabalhar com produção documental de diferentes épocas históricas. É fundamental que o arquivista tenha, também, bom senso de organização, olhar crítico e flexibilidade. No geral, atua em equipes multiprofissionais ou interage com outros profissionais, como administradores e analistas de sistemas, por exemplo

Fonte: Autor (2017).

Tabela V- MUSEOLOGIA

CURSO	DESCRIÇÃO
MUSEOLOGIA	O Museólogo dedica-se à classificação, à conservação e à exposição de peças de valor histórico, artístico, cultural e científico. Sua missão profissional é transmitir e divulgar conhecimento, desenvolvendo ações culturais sobre acervos. Ele planeja e executa tarefas de documentação, arquivamento e conservação de objetos e obras artísticas. Faz aquisições, administra coleções e promove intercâmbio de peças com outros museus ou empréstimos de colecionadores particulares. Atua no

	planejamento, na gestão, na execução e no acompanhamento de projetos e políticas públicas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural. Envolve-se, ainda, na organização de mostras e exposições, analisando a melhor forma de dispor e apresentar as peças, de acordo com as características do público e do local de instalação. Atua não apenas em museus, mas também em universidades, centros comunitários e sítios arqueológicos
--	--

Fonte: Autor (2017).

Tabela VI- GESTÃO DA INFORMAÇÃO

CURSO	DESCRIÇÃO
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	São as técnicas e os conhecimentos usados em coleta, processamento, armazenagem e distribuição de informações. Esse bacharel é responsável por coletar, selecionar, avaliar, processar, armazenar informações em bancos de dados e distribuí-las. Dentro de corporações, organiza os fluxos de informação, pesquisa dados estratégicos para negócios e subsidia inovações tecnológicas com novas informações. Atua também como analista de mercado, usando ferramentas tecnológicas para mapear dados nacionais e internacionais relevantes para o negócio e torná-los acessíveis à área executiva para a tomada de decisões. No lançamento de um produto, por exemplo, esse profissional recebe os dados de mercado e elabora relatórios que avaliam se o projeto será bem aceito pelos consumidores ou se necessita de ajustes. Sua principal área de atuação é a empresarial, onde trabalha em equipes de inteligência de mercado ou na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Nesse caso, é parceiro de profissionais de Sistemas da Informação. Outro campo são as consultorias que prestam serviços para as corporações

Fonte: Autor (2017).

Esta explanação descrita nas tabelas 3, 4, 5 e 6 é para demonstrar a conexão existente entre estas áreas e porque os que a exercem são considerados Profissionais da Informação. É claro que com suas singularidades, porém tem em comum o fato de trabalharem com a matéria prima que é a informação o que já configura um fator de empatia entre elas.

Diante desse contexto, será desenvolvido um parâmetro do que se pode considerar relevante no código de ética de cada profissão da informação como

Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia e que possa contribuir de forma efetiva para a construção do Código de Ética do profissional Gestor da Informação. Transcrição do site.

Encontramos no **Código de Ética do Bibliotecário** o seguinte:

- Artigo 7º - O Bibliotecário deve, em relação aos usuários e clientes, observar as seguintes condutas:
  - a) Aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo;
  - c) Orientar a técnica da pesquisa e a normalização do trabalho intelectual de acordo com suas competências.

**No Código de Ética dos Arquivistas**, elaborado na Seção de Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA)

2. O termo “arquivista”, tal como é usado neste texto, se aplica a todos aqueles que têm responsabilidade de controlar, vigiar, tratar, guardar, conservar e administrar os arquivos.

- 4. Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.
- 6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.

**No Conselho Federal de Museologia**

**Código de Ética**

Dos deveres em relação ao Patrimônio Cultural e Ambiental:

- Artigo 8º
  - b) Seguir as normas aceitas internacionalmente (ICOM - International Council of Museums), UNESCO – (Organização da Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) no que tange à aquisição, documentação, conservação, exposição e difusão educativa dos acervos preservados nos museus, contribuindo para salvaguarda das coleções e divulgando junto ao público, bem como em relação aos museólogos; extramuros;

- f) Incentivar o desenvolvimento de atividades de comunicação dos acervos preservados nos museus.

Objetivos:

- Artigo 3º Obriga o museólogo a observar os princípios museológicos, servir à coletividade, respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais, bem como as leis e normas fixadas para o exercício de sua profissão nos Estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM-UNESCO).

A escolha por alguns itens dos Códigos de Ética das áreas afins é que foram estabelecidos no sentido de que apesar de existirem princípios que regem determinadas categorias profissionais, existem outras que são normas que norteiam todas as áreas de todos os códigos de ética que são comuns umas as outras ou que possam ser abraçadas por outra categoria profissional. Como por exemplo: proteção do patrimônio da organização a que faz parte, necessidade de transparência nas comunicações internas e externas, respeito entre as hierarquias (chefes e subordinados), assim como a denúncia da prática de suborno ou corrupção. Diante disso existem elementos que são universais e que por isso são aplicadas em qualquer área ou categoria profissional como a honestidade, responsabilidade, competência, respeito.

Diante desse contexto, todas essas exposições das profissões da informação colaboram para a construção de um código de ética estruturados na dinâmica e flexibilidade da área que compõe o Gestor da Informação.

O modelo de Código de Ética Português engloba todas essas profissões ligadas à informação como já foi citado, além é claro de incluir o Gestor da Informação. Este Código de Ética torna-se um marco como inspiração para a criação de um código de ética do Gestor da Informação no Brasil. A criação do Código de Ética Português nasceu através de amplos debates e reflexão por parte dos atores envolvidos como resultados de um conjunto de esforços nesse sentido, obtendo como expressão um Código de Ética que beneficia a todos os Profissionais da Informação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor situarmos a Profissão de Gestor da Informação nos parâmetros do caminho daqueles que buscam um mundo melhor e evoluído, utilizando de uma postura reta e honrada é necessário trabalhar em cooperação para a construção efetiva de um código de ética mediante uma missão condizente às necessidades e objetivos das peculiaridades dessa já honrosa profissão que como qualquer outra possui a missão de colaborar para uma sociedade mais justa, cooperando para os ideais de igualdade, liberdade e justiça. Afinal, a elaboração do código de ética simbolizará um marco na busca a uma conduta ilibada e reconhecimento da sociedade perante o profissional Gestor da Informação. Permitirá alcançar junto à sociedade em que atua uma notoriedade que ainda não possui.

O Código de Ética do Profissional da Informação de Portugal está presente entre os mais completos e atuais e pode sem dúvida tornar-se modelo de inspiração para a criação do Código de Ética dos Profissionais da Informação no Brasil.

Entretanto, as transformações na sociedade da informação impõe que a criação de normas éticas sejam elaboradas de forma rápida. De certa maneira, teremos que avançar na elaboração do código de ética do Gestor da Informação para não retardarmos a evolução do conceito da profissão perante a sociedade, haja vista, como já foi explanado que o Código de Ética estabelece a confiança e o respeito da profissão em qualquer meio social.

A formação da imagem da profissão vem refletida de acordo com o princípio da solidariedade e conduta do indivíduo na organização. Todas as profissões devem compor um sistema adequado diante do exercício de suas atividades, obrigações e responsabilidade, com consciência de trabalho em equipe. Sendo assim, os conselhos profissionais são imprescindíveis para firmar uma conduta ética. Diante disso, os códigos de ética, na sua natureza apelam para a relevância social das categorias profissionais e como fornecedores de serviço à humanidade.

Devemos primar para fomentar estudos na concretização de um Código de Ética para o Gestor da Informação preservando suas particularidades e sua relevância na Sociedade da Informação.



## REFERÊNCIAS

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: “A era do conhecimento exige um novo profissional, apto a sistematizar a massa de dados que circula no mundo”; *Guia de carreiras*, RJ, p. 155-156 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/complemento/educacao/guia-de-carreiras/pdf/pdf-gestao-da-informacao.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. *Sociedades do conhecimento*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/knowledge-societies/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

UNESCO ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. *Governança na internet no Brasil*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/internet-governance/>> Acesso em: 18 jul. 2016.

ABRAINFO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO. *Missão e Objetivos*. Disponível em: <[http://www.abrainfo.org.br/missao\\_e\\_objetivos](http://www.abrainfo.org.br/missao_e_objetivos)>. Acesso em: 18 jul. 2016.

PEREIRA, R. B.. A ética como fator preponderante para o sucesso do profissional contador. *Repositório UniCEUB*, Brasília. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2254/2/20733158.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2016.

INSTITUTO CRISTINA MARTINS. “Profissionalismo e Ética”; *Sua chave para o sucesso*. 2016. Disponível em: <<http://institutocristinamartins.com.br/profissionalismo-e-etica-sua-chave-para-o-sucesso/>>. Acesso em: 18 jul 2016.

SANTOS, O. M.. “Fundamentos do código de ética do profissional da informação”; *o estado da questão*. Cadernos BAD, 2015, n. 1, jan-jun. Pp. 45-56. Disponível em:<[http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/viewFile/1158/pdf\\_3](http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/viewFile/1158/pdf_3)>. Acesso em: 18 jul 2016.

APDIS – Associação Portuguesa de Documentação e Informação na Saúde BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas INCITE –

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica. *Código de Ética*. 1999. Disponível em: < [http://www.apbad.pt/Downloads/codigo\\_etica.pdf](http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf) > Acesso em: 02 mar. 2016.

MACHADO, Geraldo Magela. “A Sociedade da Informação”; *Infoescola*. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/sociedade/a-sociedade-da-informacao/> >. Acesso em: 24 jul. 2016.

E-BUSINNES. *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em: < <https://www.google.com.br/#q=e-businness+>>. Acesso em 24 jul. 2016.

Código de Ética. Disponível em: < <http://codigo-de-etica.info/> >. Acesso em 26 jan. 2016.

NARCHI, N. Z.; SECAF, V.. Códigos de ética profissional e a pesquisa: direitos autorais e do ser humano. **Rev Paul Enf**, v. 21, n. 3, p. 227-33, 2002. Disponível em: < <http://www.fmb.unesp.br/Home/Pesquisa/boaspraticasdepesquisa/codigos-de-etica-profissional.pdf> >. Acesso em: 27 jul. 2016.

CAMPOS, Michele; DO VALE, Tacyanne. “História da Ética”; *Trabalhos feitos*. 2002. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/topicos/homo-faber/0>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SEMBAY, K. C. C.; RIBAS, L. A.; CAMARGO, M.; MAÇANEIRO, M. B. Gestão da informação e ética: reflexões sobre a identidade do profissional de Secretariado Executivo. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 12, n. 1, p. 97-116, 2014. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33096/gestao-da-informacao-e-etica--reflexoes-sobre-a-> >. Acesso em 27 jul. 2016.

APDIS; BAD; INCITE. *Código de ética*. Disponível em: < [http://www.apbad.pt/Downloads/codigo\\_etica.pdf](http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf) >. Acesso em: 31 jul. 2016.

ARAÚJO, C. A. A..O que é Ciência da Informação? **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958/14205> >. Acesso em: 31 jul. 2014.

ARROM, Miguel Rossello. “Império da Lei em contraposição ao Estado de Direito”. *Direito e Liberdade*. Disponível em: < <https://www.direitoeliberdade.jusbrasil.com.br/artigos/136115247/imperio-da-lei-em-contraposicao-ao-estado-de-direito> > Acesso em 08 abr 2017.

GALDINO, Aline. “Ética, história da ética”. *Moral e ética. Ética e Bioética*.

Disponível em: < <http://alinegaldinopsi.blogspot.com.br/2012/06/etica-historia-da-etica-moral-e-etica.html>> Acesso em 20 ago. 2016.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2016.

MACDONALD, Tyoga. Sociedade da Informação. FEUC. *Fontes trabalho*. Disponível em: < <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2006008.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2016.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. In: ENCICLOPÉDIA LIVRE. *Wikipédia*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%A7ncia\\_da\\_informa%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%A7ncia_da_informa%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em 30 ago. 2016.

SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. de A. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. Enc. Bibli: R. Eletr. Bib. **Ci. Inf.** Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1/21708>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

GARCIA, Tania. “A importância do código de ética profissional”. *Artigos.jul*. 2011. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos-academicos/9836-a-importancia-do-codigo-de-etica-profissional>>. Acesso em 31 ago. 2016.

GIL, Robledo L. *Tipos de pesquisa*. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2016.

UNESCO. *Nações Unidas*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: 02 set, 2016.

ARAÚJO, C. A. A.. O conceito da informação na ciência da informação. *Inf. & Soc.*, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95 – 105, set.- dez. 2010. Disponível em: < <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/6951/4808>>. Acesso em: 13 de set. 2016.

PEREIRA, Sirleide. A ética da informação e os dilemas do dia a dia. *De olho na Ci.* 2010. Disponível em: <<http://www.deolhonaci.com/news/a%20etica%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20os%20dilemas%20do%20dia%20a%20dia/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

FREIRE, I. M<sup>a</sup>. Reflexões sobre uma ética da informação na sociedade em rede. Ponto de acesso, Salvador, V.4, n. 3, p. 113-133, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4518/3567>>. Acesso em: 13 set. 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Código de Ética*.

Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

SILVA, J. F. M.. “Resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia”; *Slidshare*.

Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/wccorreia/cdigo-de-tica-bibliotecrio>>. Acesso em: 13 set. 2016.

CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL DO MUSEÓLOGO. *Cofem*. Disponível em: <[http://cofem.org.br/?page\\_id=22](http://cofem.org.br/?page_id=22)>. Acesso em: 13 set. 2016.

VALENTIM, M. L. P. “Gestão da informação e gestão do conhecimento especificidades e convergências”; *Ofaj*. Nov. 2004. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=88](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88)>. Acesso em 18 de abr. de 2017.

ARAÚJO, Felipe. “Ciência da Informação”. *Infoescola*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/informatica/ciencia-da-informacao/>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

TOUTAIN, L. M. B. B. Para entender a ciência da informação; *Tupi*. 2007. Disponível em: <[http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos\\_e\\_textos/Ciencia\\_da\\_informacao/Para\\_entender\\_a\\_CI.pdf](http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Ciencia_da_informacao/Para_entender_a_CI.pdf)>. Acesso em 18 abr. 2017.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. Ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 31, n. 2 maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/962/999>>. Acesso em 20 abr 2017.

QUEIROZ, D. G. de C.; MOURA, A. M<sup>a</sup>. M.. Ciência da Informação: história, conceito e características. *Em questão*, Porto Alegre, v. 21, n. 3 set/dez 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/emquestao/article/download/57516/36041>> Acesso em: 19 abr 2017.

CAMPOS, M. L. de A. As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional resumo. *Ibict*. Disponível em: <<http://bibliodata.ibict.br/geral/docs/260504.pdf>>. Acesso em: 21 abr 2017.

CÓDIGO DE ÉTICA. *Info*. Disponível em: <<http://codigo-de-etica.info/>>. Acesso em: 24 abr 2017.

SIGNIFICADO DO CÓDIGO DE ÉTICA. *Significados*. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/codigo-de-etica/>>. Acesso em: 24 abr 2017.

SIGNIFICADO DE ÉTICA PROFISSIONAL. *Significados*. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/etica-profissional/>>. Acesso em 24 abr 2017.

MONNERAT, Cecília de P.. Relato de experiência: A construção do processo de ensino aprendizagem de uma vídeo aula. Capa, v.11, n. 1(2013). Disponível em: <<http://www.uff.br/jsncare/index.php/bnn/article/view/2611/608>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Departamento de Ciência da Informação. 2013. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/dci/images/documentos/2013/ppc\\_2013\\_2.pdf](https://www.ufpe.br/dci/images/documentos/2013/ppc_2013_2.pdf)> Acesso em: 03 mai. 2017.

PORTAL DE PESQUISAS TEMÁTICAS E EDUCACIONAIS. “América Anglo-Sanxônica”. *Sua Pesquisa*. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/pesquisa/america\\_anglo\\_saxonica.htm](http://www.suapesquisa.com/pesquisa/america_anglo_saxonica.htm)>. Acesso em: 24 maio 2017.

BIBLIOTECONOMIA. “Guia do estudante”. *Profissões*. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/comunicacao-informacao/biblioteconomia-684508.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

ARQUIVOLOGIA. “Guia do estudante”. *Profissões*. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/comunicacao-informacao/arquivologia-684258.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

MUSEOLOGIA. “Guia do estudante”. *Profissões*. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/comunicacao-informacao/museologia-686910.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO. “Guia do estudante”. *Profissões*. Disponível em: <<http://www.guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/gestao-da-informacao/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

FRANCISCO. Wagner Cerqueira e. “A população mundial”; *Brasil escola*. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/populacao-mundial.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

COELHO, M. T. O papel da gestão do conhecimento nas organizações. Disponível em:<[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/c205674.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/c205674.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

## ANEXO A

### **Código de Ética de Portugal**

#### APRESENTAÇÃO

O Código de Ética é uma referência para a prática profissional. É uma declaração de princípios que terá a sua expressão na concepção e na execução das mais diversas tarefas, nos comportamentos e nos contextos do exercício da actividade.

Não é fácil a decisão ética, não será fácil levar à prática estes princípios. Estamos conscientes das nossas responsabilidades e dos conflitos que estão presentes na nossa actividade profissional. Contudo, não abdicamos de permanecer fiéis aos princípios que assumimos como fundamentais no exercício da profissão.

A partir de agora o Código de Ética existe. Aplicar as suas regras em todas as situações, fundamentar nele as nossas decisões, analisar as nossas práticas à luz dos seus princípios, estudar e aprofundar entre nós o sentido deste Código é o desafio do futuro.

## PREÂMBULO

Os profissionais da informação a que se refere este Código são "Documentalistas, bibliotecários, arquivistas, gestores da informação e do conhecimento, e outros que são intermediários entre os criadores de conteúdo, os serviços de fornecedores de informação, os utilizadores de informação e as tecnologias da informação".<sup>1</sup>

Os objectivos deste Código de Ética são: □ Ser um instrumento de clarificação e ajuda à decisão ética dos profissionais de informação em Portugal. □ Dar aos utilizadores dos serviços de informação portugueses (bibliotecas, arquivos, serviços de informação) a confiança de que os profissionais respeitam os seus direitos.

□ Apresentar à sociedade o compromisso que os profissionais de informação, que trabalham em Portugal, assumem perante os valores éticos que norteiam a sua actividade profissional. □ Ajudar a integração profissional de novos membros, expressando sucintamente os valores da profissão.

### 1. LIBERDADE INTELECTUAL

Os profissionais de informação em Portugal são defensores intransigentes do acesso à informação e unem esforços para que esta atitude seja corroborada por uma prática, contínua e exigente, de alerta contra todas as formas possíveis de censura.

Os profissionais de informação em Portugal assumem como próprias as seguintes responsabilidades: 1.1. Facilitar o acesso dos utilizadores dos serviços de informação a todo o género de informações publicadas sob qualquer suporte. 1.2. Construir colecções adequadas às necessidades de informação dos utilizadores dos serviços, com atitude proactiva para que essas necessidades estejam previstas mesmo antes de serem expressas. 1.3. Fazer uma selecção de materiais, equilibrando a oferta e a procura, a actualização e a preservação, a diversidade de assuntos e o equilíbrio entre os diversos pontos de vista. 1.4. Efectuar o tratamento de toda a informação por forma a facilitar o acesso à mesma. 1.5. Disponibilizar o acesso à informação existente no seu serviço. 1.6. Explicitar, na definição da política de informação do serviço a seu cargo, que a missão principal deste é a disponibilização da informação, de todos os géneros, em todos os suportes, para todos os utilizadores. 1.7. Não permitir interferências exteriores, que possam impedir ou dificultar o acesso à informação disponível nos seus



serviços. 1.8. Não permitir que as suas opiniões pessoais interfiram na liberdade de acesso à informação. 1.9. Opor-se à implementação de qualquer solução tecnológica que possa limitar ou manipular o acesso à informação. 1.10. Elaborar, participar na elaboração, conhecer, apoiar e divulgar a legislação que diz respeito ao direito de acesso à informação sem qualquer interferência.

Consideram os profissionais de informação que este código ajudará à integração, na actividade profissional, dos direitos humanos que já respeitam.

Os profissionais de informação em Portugal consideram que é seu dever o respeito pelo artº 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.<sup>2</sup>

## 2. PRIVACIDADE DOS UTILIZADORES DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

A privacidade vale por si própria.

Os profissionais de informação em Portugal reconhecem a importância e a singularidade de cada um dos seus utilizadores, e por isso respeitam a sua privacidade como um direito.

Os profissionais de informação em Portugal assumem como próprias as seguintes responsabilidades:

2.1. Utilizar os dados de carácter pessoal apenas para o fim para que foram recolhidos.

2.2. Considerar como dados em situação de privacidade: registos de leitura, de empréstimos, consultas bibliográficas e quaisquer dados que identifiquem os utilizadores dos seus serviços e as suas actividades.

2.3. Não divulgar dados de carácter privado e observar os requisitos de segurança para que estes dados não possam ser interceptados.

2.4. Garantir que os registos em papel ou automatizados, não sejam deixados em lugares de fácil acesso a outros utilizadores.

2.5. Ter todo o cuidado para que a manipulação e acesso a registos automatizados seja unicamente realizada pelos elementos autorizados do seu serviço.

2.6. Garantir que os dados sobre os hábitos de leitura ou de interesses bibliográficos dos utilizadores dos serviços sejam recolhidos para o normal funcionamento dos serviços e só seja possível usá-los para fins de investigação ou de estatística.

2.7. Não informar qualquer utilizador dos seus serviços sobre as tarefas realizadas por outro utilizador.

2.8. Considerar abusivo qualquer pedido de informação cuja intenção seja violar a privacidade de um utilizador.

2.9. Se, por algum motivo, forem pressionados a fornecer informação de carácter privado, os profissionais só o poderão fazer com a autorização prévia e escrita dos utilizadores que os disponibilizaram.

Os profissionais de informação em Portugal consideram que é seu dever o respeito pelo artº 12º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques a pessoa tem direito a protecção da lei.<sup>3</sup>

### 3. PROFISSIONALISMO

Os profissionais de informação em Portugal procuram desempenhar as suas actividades profissionais com o mais elevado grau de profissionalismo.

Os profissionais de informação em Portugal assumem como próprias as seguintes responsabilidades:

3.1. Assegurar um desempenho profissional competente.

3.2. Considerar o sentido do dever para com os utilizadores dos serviços de informação como o seu dever central.

3.3. Aumentar o conhecimento público das possibilidades inerentes ao serviço que realizam e dos serviços que disponibilizam.

3.4. Procurar um contínuo desenvolvimento profissional, apoiando os colegas que pretendam fazer o mesmo.

3.5. Apoiar todas as normas profissionais cujo objectivo seja fomentar a competência profissional.

3.6. Considerar as necessidades de informação dos utilizadores dos serviços e do público em geral, acima dos seus próprios interesses e dos da organização na qual trabalham.

3.7. Informar os seus empregadores, responsáveis dos serviços, colegas e utilizadores, da existência de conflitos de interesse que possam surgir durante a actividade profissional.

3.8. Contribuir para a definição de uma política de informação.

3.9. Promover, pelo seu modo de agir, a confiança do público na correcção de processos e na eficiência profissional.

3.10. Manter a confidencialidade da informação dentro das organizações nas quais trabalham. Este respeito mantém-se mesmo para além da cessação do vínculo laboral.

3.11. Ter consciência do âmbito da sua actividade profissional, não dando de si próprios, ou da organização na qual estão inseridos, uma visão que ultrapasse os limites da sua especificidade profissional.

3.12. Estabelecer contratos justos, quer com os utilizadores dos seus serviços, quer com os fornecedores, e de nenhum modo permitir que os seus interesses pessoais sejam beneficiados nesses contratos.

3.13. Proceder de tal modo nas relações com os utilizadores dos serviços que a sua conduta seja objectiva e imparcial.

3.14. Assegurar-se de que a informação fornecida aos utilizadores é adequada, completa e claramente apresentada.

3.15. Aceitar a responsabilidade pela qualidade do seu trabalho e pelas consequências de erros cometidos por descuido.

3.16. Fornecer a melhor informação possível de acordo com as necessidades dos utilizadores, ou indicar o serviço mais adequado para a encontrar.

3.17. Adquirir uma formação que corresponda às necessidades concretas de um bom desempenho profissional.

3.18. Considerar que estar actualizado é parte essencial da ética profissional.

3.19. Completar lacunas na sua formação, mantendo um actualizado conhecimento das práticas profissionais, com uma atitude activa de procura de conhecimentos de âmbito profissional.

3.20. Contribuir para o desenvolvimento da investigação científica nas ciências da informação. 3.21. Trocar informação de âmbito profissional, através das associações profissionais, dando informações, publicando artigos, livros, ou propondo iniciativas de formação.

3.22. Apoiar a participação em cursos, seminários, conferências ou quaisquer outras acções que alarguem o espectro de conhecimentos de carácter profissional.

3.23. Partilhar conhecimentos entre os profissionais e os utilizadores de serviços de informação, de modo a aumentar a eficácia da profissão. 3.24. Informar o público das acções de âmbito profissional que neste domínio se realizam.

Em consonância com o respeito que têm pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, os profissionais de informação em Portugal comprometem-se a cumprir este Código de Ética nas suas actividades profissionais.

O presente texto foi elaborado com base no documento Código de Ética para os Profissionais da Informação em Portugal, editado pela BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas), INCITE (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica) e APDIS (Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde), em 2000

1 Conference on Freedom of Expression and Public Access, Helsinki, 10-11 June 1999 2 NAÇÕES UNIDAS – Carta internacional dos direitos do homem. Lisboa : Centro de Informação das Nações Unidas, 1993, p. 23. 3 NAÇÕES UNIDAS – Carta internacional dos direitos do homem. Lisboa : Centro de Informação das Nações Unidas